

A CIDADE COMO OBJETO DA HISTORIOGRAFIA

Carlos Roberto da Rosa Rangel¹

INTRODUÇÃO

Faz sentido falar de uma história urbana? Qual seria a sua característica ou metodologia específica? Esse artigo analisa essas questões buscando no urbanismo e na sociologia urbana elementos de identificação da cidade como espaço de sociabilidade com características particulares que possam ser utilizadas nas pesquisas de historiadores interessados em estudar o universo urbano como objeto central e não apenas como cenário ou contexto.

A cidade é parte indissociável no processo de conformação das civilizações e está presente nas duas grandes revoluções da humanidade: a agrícola que proporcionou os excedentes necessários às primeiras aglomerações urbanas e a industrial que dilatou as cidades e tornou-as centros de consumo e produção do capitalismo. Segundo Max Weber², as cidades foram pré-condição do capitalismo e base do seu desenvolvimento, para depois serem incorporadas a unidades maiores – como os estados nacionais – e perderem a sua autonomia e relevância, de tal forma que, para esse autor, não faz sentido existir uma sociologia específica das comunidades urbanas, ainda que seja base fundamental do processo de acumulação capitalista.

Lefebvre³ foi mais longe ao formular uma teoria na qual as civilizações ocidentais – sobretudo no contexto europeu – teriam passado por etapas de mudança desde o modelo predominantemente agrícola, seguido pelo industrial e culminando com o desenvolvimento urbano. Esse processo de mudança representaria uma “revolução” em que o problema central deixaria de ser o crescimento econômico, ligado ao progresso tecnológico com base na indústria, e passaria a ser a cidade, seu estilo de vida e as questões suscitadas pelo urbano. Ainda que se possa questionar a validade do modelo de Lefebvre, sobretudo quanto às projeções de um futuro no qual a classe operária já não teria a predominância nos movimentos transformadores da sociedade ou quanto ao grau de descentramento que o setor secundário da economia teria até sua subordinação aos processos informacionais e comerciais desenvolvidos nas cidades, deve-se considerar a ênfase que o autor deu ao meio urbano como projeção espacial das relações sociais, responsável por uma revisão substancial do estilo de vida das pessoas.

Essa atenção com o urbano tem uma razão estatística. Em 1950, apenas Nova York e Londres tinham mais de oito milhões de habitantes. Em 1970, o número saltou para onze, sendo três na América Latina e duas na Ásia. Para o ano de 2015, as Nações Unidas projetam a existência de trinta e três megalópoles que impressionam não apenas por seu tamanho e densidade, mas sobretudo pela diversidade cultural que contestam as explicações históricas com que foram tradicionalmente representadas e as definições que precariamente tentam abarcar-las.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. E-mail: <c.rangel@terra.com.br>.

² WEBER, Max. Conceito e categorias de cidades. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

³ LEFEBVRE, Henri. *La révolution urbaine*, Paris: Gallimard, 1970.

A atual geração de historiadores e com mais razão os que ainda estão por vir, têm o universo urbano como o espaço de sociabilidade predominante em praticamente todos os grandes processos de mudança social. Contudo, não seria correto afirmar que a cidade só recentemente se tornou objeto de estudo dos historiadores. Praticamente todos os estudos da Grécia clássica estiveram centrados nas cidades-estados e o mesmo se pode dizer sobre as cidades italianas do Renascimento, sem esquecer os controvertidos trabalhos analítico-comparativos, de inclinação evolucionista, de Spengler⁴ para quem a urbanização está associada à última fase dos ciclos das civilizações e de Toynbee⁵ que associa os processos de urbanização ao surgimento e desenvolvimento da civilização ocidental.

Seria um equívoco separar obras historiográficas que falam acerca do urbano daquelas que calam, pois não há movimento político, econômico, social ou cultural que não tenha transitado pelos caminhos das cidades... Portanto, a especificidade de uma *História Urbana* teria de encontrar alguns paradigmas que fossem capazes de singularizar o espaço urbano como uma dimensão de sociabilidade particular ou como uma referência simbólica suficientemente plena de significado para ser capaz de produzir uma “identidade” urbana.

Nesta perspectiva, nas páginas seguintes busca-se discutir dois paradigmas a partir da retrospectiva de algumas obras e pesquisadores que se tornaram referência frequente nos estudos sociológicos do espaço urbano e que podem servir como ponto de partida para a reflexão diacrônica das cidades como objetos de estudo dos historiadores. Como primeiro desses paradigmas, aponta-se o urbanismo pragmático que teria o propósito de investigar a cidade como forma de construir um aparato teórico e metodológico para intervenções – normalmente governamentais – visando adaptar e controlar a sua expansão. A segunda vertente foi denominada de culturalista, por ter sua preocupação centrada no imaginário criado sobre as cidades fortemente afetadas pelo processo de crescimento e modernização. Importante destacar que essa divisão tem o propósito didático de avaliação da plausibilidade de uma *História Urbana*, e não o de fragmentar o campo de estudo em duas vertentes classificatórias.

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E URBANÍSTICA: AS CIDADES PROJETADAS

Reconhece-se que os antropólogos e sociólogos estão algumas décadas na frente dos historiadores no que diz respeito às reflexões e pesquisas acumuladas acerca de um estilo de vida urbana, ou de uma natureza social própria das cidades. Esses analistas vêm desenvolvendo estudos especificamente acerca das relações sociais e da cultura nas cidades desde o início do século XX, de tal forma que hoje existe uma profusão de cursos de graduação e pós-graduação em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França dedicados exclusivamente aos estudos do espaço urbano.

Os norte-americanos foram os pioneiros no uso de pesquisas empíricas sistemáticas, visando determinar um estilo de vida urbana ou uma cultura urbana particular que fosse capaz de explicar alterações comportamentais coletivas, sobretudo de imigrantes recém ingressos nas cidades industriais. Foi nesse país que

⁴ SPENGLER, Oswald. *A decadência do ocidente: esboço de uma morfologia da história universal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

⁵ TOYNBEE, Arnold. *A sociedade do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

antropólogos e sociólogos reuniram-se na Universidade de Chicago e, partindo dos estudos desenvolvidos por George Simmel⁶, sistematizaram o conceito de cultura urbana – fortemente perpassado pelo viés pragmático e interacionista que caracterizou os estudos desse grupo.

Partindo da ideia de que a cidade proporciona um excesso de estímulos psíquicos que desorganizam a personalidade, Simmel propôs um processo de fragmentação dos papéis sociais e o isolamento individual como estratégia de defesa psicológica que garantiria a sobrevivência das pessoas em grandes e complexos centros urbanos. Essa idéia central perpassaria praticamente todos os estudos sobre o urbano que seriam desenvolvidos posteriormente pela *Local Community Research Center* (LCRC), entidade que reunia interesses públicos e privados nas investigações sobre a cidade de Chicago.

É necessário dizer alguma coisa sobre esse grupo que deu origem a moderna sociologia do urbano. Eram cientistas sociais reunidos em um departamento de sociologia e antropologia fundado em 1892, onde se encontravam nomes de projeção como George H. Mead, psicólogo social e pensador e John Dewey atuando nos campos da educação e da filosofia, pesquisadores que associados a outros como Willian James, da Universidade de Harvard, criaram teorias com base no pragmatismo e no evolucionismo natural e social que influenciaram profundamente a sociologia norte-americana. A preocupação central era encontrar elementos teóricos e empíricos que tornassem possível entender a relação entre indivíduo e sociedade. Nesse grupo também se encontravam os tradutores e divulgadores da obra de Simmel, Robert E. Park e Willian I. Thomas, que se dedicaram a testar as teorias do pensador alemão na cidade de Chicago, tratando-a como um grande laboratório em que era possível avaliar os efeitos do urbano sobre populações relativamente homogêneas como imigrantes poloneses (Willian Thomas) ou afrodescendentes (Robert Park) que habitavam os guetos e que sentiam de forma direta e dramática o processo de intensa industrialização e urbanização⁷.

Dentre os membros da *Escola de Chicago*, Louis Wirth⁸ certamente foi aquele que mais contribuiu para a sistematização de uma cultura urbana como uma *forma ecológica* particular. Dedicado a estabelecer uma *sociologia do urbano*, Wirth procurou escapar do reducionismo geográfico (projeção da sociedade sobre o espaço) e econômico (cidade vinculada ao processo capitalista da industrialização) e assentou suas especulações e pesquisas sobre uma questão básica: como *dimensão, densidade e heterogeneidade* favorecem o surgimento de novas formas de vida social?

Segundo a sua teoria, os grandes centros urbanos favorecem o surgimento de um estilo de vida caracterizado pela grande diferenciação social, afrouxamento dos elos comunitários, controle formal das pessoas, competição social, grande especialização funcional nas atividades econômicas e maior divisão do trabalho, fluidez no sistema de classes, elevada taxa de mobilidade social, tendência ao relativismo e a secularização que levariam a um comportamento humano inclinado

⁶ SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

⁷ Sobre a Escola de Chicago, é possível encontrar uma discussão mais elaborada na introdução de: VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*, Lisboa: Vega, 1998.

⁸ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ao anonimato, à superficialidade e à anomia.

Como extensão do trabalho de Louis Wirth, encontramos o estudo do antropólogo Robert Redfield⁹ que propôs um *continuun* na dicotomia entre o rural e o urbano, no qual uma cidade estaria tão mais próxima da tipologia urbana quanto maior fosse a desorganização da cultura comunitária, da secularização e da preponderância do individualismo. Neste sentido, a urbanização enfraqueceria os laços de lealdade recíproca existentes em sociedades rurais, dando lugar à fragmentação dos papéis sociais e ao comportamento secular e individualista.

Manuel Castells¹⁰ destaca as críticas que Oscar Lewis endereçou às teses de Redfield, ao demonstrar que a comunidade *folk* que serviu de subsídio à pesquisa não tinha a estabilidade e a harmonia destacadas pelo antropólogo e, portanto, não poderia servir de parâmetro dialógico com um *estilo de vida urbano*, enquanto que John Dewey, igualmente citado por Castells, avançou na relativização do *continuun* entre o mundo rural e urbano, ao alertar que não existe razão para imaginar que esses dois espaços de sociabilidade estejam ligados pela presença ou ausência de princípios identificadores, mas que são resultados de processos históricos particulares que lhes conferem características mais próximas ou afastadas daquilo que se convencionou chamar de *cultura urbana*.

Castells é particularmente duro nas críticas que faz ao modelo da *Escola de Chicago*, quando contrapõe as generalizações acerca de uma *cultura urbana* com as experiências empíricas desenvolvidas em grandes cidades, mostrando que não há vínculo constante entre tamanho e densidade da população com o conteúdo e as características sociais de um estilo de vida urbano, assim como não há no processo histórico de urbanização de cidades pré-industriais uma constante que autorize a generalização da passagem do modelo *folk* até o modelo urbano¹¹.

Como lastro dos modelos de Wirth e Redfield existe uma oposição romântica entre o tradicional e o moderno, fortemente vinculada ao processo de urbanização, confundindo-se a cidade com sistema produtivo. Além disso, a distinção entre grupos primários e secundários não é referência segura para opor os espaços urbano e rural, de tal forma que as pessoas ainda mantêm laços de solidariedade e afetividade próprios das comunidades, mesmo vivendo em grandes centros, e um exemplo disso é a máfia norte-americana, na cidade de Chicago, nos anos 1930, que passou despercebida dos pesquisadores como contra-argumento consistente às suas teses.

Ainda que o modelo proposto pela *Escola de Chicago* não traga elementos teóricos e conceituais suficientemente seguros para balizar uma abordagem histórica dos processos sociais típicos do espaço urbano, é preciso reconhecer que seus elementos identificadores do urbano estão fortemente presentes na obra historiográfica pioneira sobre cidades de Lewis Mumford. A evidência de que Mumford seja norte-americano e que seu trabalho mais conhecido – *A cultura da cidade* – tenha sido editado em 1938, período coincidente com a intensa atividade dos pesquisadores da Universidade de Chicago, só reforça a possível transposição do modelo urbanístico-pragmático para o historiográfico, dando origem a uma obra que fez escola, quando

⁹ REDFIELD, Robert. *The Folk culture of Yucatán*. Chicago: University Chicago Press, 1941.

¹⁰ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 131-134.

¹¹ CASTELLS, A questão..., p. 133.

se trata de avaliar o processo histórico de formação do urbano e sua relação com o capitalismo industrial.

Lewis Mumford nasceu em Flushing, Long Island, nos Estados Unidos, e cursou seus estudos superiores na City College de Nova York e na Universidade de Columbia, entre 1912 e 1918, passando a sofrer grande influência do biólogo, educador e urbanista escocês Patrick Geddes, pioneiro no estudo do urbano e do regional. Em 1923, entrou para a Associação de Planejamento Regional da América, instituição cujas experiências e estudos desenvolveram concepções como *Radburn* – cidades de cinturões verdes¹² - e a administração do vale do Tennessee. A publicação de *A cultura da cidade* o projetou internacionalmente, e graças às suas concepções humanistas contribuiu para reorientar o planejamento de cidades européias, tornando-se livro obrigatório na formação de jovens urbanistas da Polônia, Países Baixos e Grécia.

Embora não tenha sido urbanista ou arquiteto, Mumford tornou-se membro honorário de alguns dos principais institutos de arquitetura e urbanismo europeus e foi agraciado com a Medalha de Ouro de Arquitetura pela Rainha Elizabeth II. Lecionou urbanismo na Universidade da Pensilvânia entre 1951 e 1956, permanecendo como professor visitante até 1960, nesta mesma universidade. Sua principal obra – entre as mais de vinte publicadas – foi posteriormente revista por *A cidade na História*,¹³ onde o historiador dedica-se a narrar o processo de urbanização em diferentes épocas, tentando suprimir os óbices e lacunas deixadas na Cultura da cidade, assim como projetar tendências para um novo estilo de vida urbana no futuro. Pode-se dizer que esse esforço de encontrar uma origem ancestral do fenômeno da urbanização e a sua presença na configuração das modernas cidades é o maior desafio e o maior problema da obra de Mumford.

Reconhece-se que as generalizações e as transposições de conceitos de um período histórico para outro fornecem os vínculos entre as questões presentes e os objetos de estudo dos historiadores. Contudo, quando Mumford dedica-se a encontrar nos subúrbios os princípios de funcionalidade do quarteirão mesopotâmico ou realça o idealismo romântico na organização bucólica das áreas verdes encontradas em praças e jardins contemporâneos, ele quer encontrar princípios de racionalidade que amenizem o aspecto mecânico e capitalista das cidades e, para tal propósito, elege como plano urbanístico bem sucedido a estruturação de largas vias para pedestres e automotores, a articulação de vizinhança, a relativa autonomia comunal em relação às necessidades básicas de subsistência, educação e mesmo de participação política, encontrados na concepção geométrica de Le Corbusier...¹⁴

É necessário lembrar quem foi Le Corbusier e qual a sua concepção de cidade. Esse homem, descendente de uma família suíça de relojoeiros (seu nome verdadeiro

¹² Segundo essa concepção urbanística, as cidades seriam fragmentadas em bairros separados por áreas de vegetação nativa, ecologicamente preservada e administrada para o trânsito controlado de visitantes. As auto-estradas não dariam origem às aglomerações urbanas (cidades a beira da estrada), mas estariam balizadas por áreas verdes e com postos de reabastecimento e apoio aos viajantes. Os prédios seriam concentrados estrategicamente em áreas residenciais e de negócios, sob severo planejamento e estariam cercados de áreas com densa cobertura vegetal. No centro dessa proposta está a idéia de Mumford de tornar as cidades menos mecânicas e mais orgânicas.

¹³ MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas. 12 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. (2 v.)

¹⁴ MUMFORD, *A cidade...*, p. 639.

era Charles-Édouard Jeanneret) concebia a cidade ideal como uma estrutura suficientemente disciplinada e disciplinadora ao ponto de amenizar – quando não eliminar – a vida cotidiana caótica e sórdida dos grandes centros. A receita era tão objetiva quanto aterradora: demolição total dos entraves às grandes obras, pois era necessário “construir sobre terreno limpo” e substituir o congestionamento humano e viário por amplas ruas e avenidas que desenhariam quarteirões de edifícios em blocos, ocupados com densidade e conforto conforme a classe social dos seus habitantes.

Assim, a moradia de uma pessoa dependia da atividade exercida por ela, de tal forma que no centro ficavam os arranha-céus destinados aos escritórios dos *cadres* de elite – industriais, cientistas e artistas, entre os quais certamente os arquitetos – com a concentração de 1.200 dos melhores salários da sociedade por acre, reservando-se 95% do terreno como área livre. Para além dessa área, as residências seriam de dois tipos: prédios de seis andares com apartamentos luxuosos para os trabalhadores do centro, recuados para o interior dos quarteirões e dispendo de 85% de área livre, vocacionado para o entretenimento, artes e lazer; os demais trabalhadores teriam acomodações mais modestas, ajustadas em torno de pátios, com 48% de área livre dedicadas aos jogos e lazer adequados às pessoas que trabalham arduamente por oito horas. Tais “células”, como Le Corbusier denominava suas unidades residenciais, seriam todas uniformes, com o mesmo tipo de mobília padronizada e consagrariam a segregação social por classes no interior do espaço urbano.¹⁵

Ainda que as concepções de Le Corbusier tenham tido pouca expressão prática para além de uma grande obra contratada no distante Punjab, seu pensamento – certamente menos humanista que o de Mumford – está filiado àquela concepção da cidade que necessita superar o caos, sua natureza desagregadora da personalidade e geradora de conflitos sociais. Pensadores da Escola de Chicago, Mumford e Le Corbusier estariam, assim, alinhados em uma estranha convergência sobre a concepção do estilo de vida urbana, partindo de suas experiências pessoais nas cidades de Chicago, Nova Iorque e Paris, respectivamente, as quais passavam por um forte processo de industrialização e urbanização.

Mesmo em sentido diferente dessa perspectiva reducionista, os historiadores que se dedicam ao estudo dos modelos urbanísticos transformadores da cidade-caos em cidade-sistema podem encontrar um campo muito rico para suas análises nas experiências executadas em grandes cidades como Londres, Paris e Nova Iorque ou em centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Mais ainda, o período compreendido entre 1950 e 1980, é especialmente importante porque a explosão dos centros urbanos, a demanda crescente por moradia e a proliferação sem precedente de veículos, isso tudo envolvido pela articulação econômica, informacional e cultural em redes complexas, jogou por terra os mais consagrados paradigmas do urbanismo e trouxe para a observação dos sociólogos, arquitetos e historiadores as novas formas de sociabilidade urbana.

Essa superação dos primeiros projetos urbanísticos organizadores da *cidade-caos*, por outros que introduziram sofisticadas tecnologias e novos conceitos sobre a sociabilidade urbana, é apenas uma evidência de um processo maior que ainda

¹⁵ HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 245-250.

está por ser analisado pelos historiadores: o desaparecimento de qualquer ilusão sobre um *estilo de vida* urbano homogêneo, ou sobre uma *cultura urbana* passível de análise totalizante, conforme veremos no subtítulo seguinte.

ABORDAGEM CULTURALISTA: O QUE SE DISSE DAS CIDADES

Afastando-se das correntes mais associadas à antropologia, ao urbanismo e à sociologia – freqüentemente dedicados a encontrar soluções para os graves problemas das grandes cidades – os historiadores têm explorado outra maneira de tratar o mundo urbano: o imaginário construído sobre as cidades nas crônicas, obras literárias e artigos jornalísticos. O que mais impressiona, é que fontes tão díspares possam chegar a resultados tão próximos, quando se trata de explorar o processo de intensa urbanização impulsionado pela industrialização acelerada.

A título de exemplo, Jean-Michel Racault¹⁶, do Centro de Pesquisas Literárias e Históricas da Université de la Réunion, quando explora o capítulo *La Fille aux yeux d'or* da Comédia Humana de Balzac, encontra uma descrição sociológica da sociedade parisiense da primeira metade do século XIX, baseada em modelos epistemológicos científicos disponíveis naquele período histórico. A Biologia, a Termodinâmica e noções de magnetismo, eletricidade e Física Dinâmica estariam balizando a organização de “modelos discursivos” no interior da obra, sobretudo na relação das diversas esferas sociais com que Balzac caracterizou a sociedade parisiense. Em síntese, proletariado, *petit boutiquiers*, grande burguesia e alta aristocracia estariam articuladas em esferas sociais interdependentes tanto por leis físicas e biológicas - que confeririam ao espaço urbano uma simetria com a máquina ou com o corpo orgânico - assim como por este fluído vital que impulsionaria toda a ação social: a busca da riqueza e do prazer...

Dentro de mesma perspectiva analítica História-Literatura, Christine Dupuit¹⁷, na coletânea mencionada anteriormente, destaca a obra *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, de Robert Louis Stevenson como uma expressão da dicotomia privado-público, organização-caos, ordem-crime, como uma divisão trágica e paradoxal que caracteriza o espaço urbano. Nesse sentido, o homem urbano estaria sempre dividido entre os paradigmas da família, virtude, patrimônio, casamento, reprodução legítima e as pulsões sexuais, a intimidade inconfessável e a exacerbação da violência encobertam pelo anonimato das grandes cidades.

Mais uma vez percebe-se a permanência do arquétipo urbano relacionado com a confusão advinda da divisão psicológica dos seus habitantes, bem como se observa o caos e a ordem sobrepostos em espaços de sociabilidade compartimentados. Não muito distante disso, Philippe Junod¹⁸ analisa as imagens produzidas pelo gravurista francês Gustave Doré, que as elaborou quando esteve visitando Londres em meados do século XIX. Nas imagens existe tanto a representação da imundície, da morbidez, do congestionamento asfixiante de pessoas amontoadas e da decadência social e moral do proletariado, quanto à inocência de crianças brincando indiferentes ao

¹⁶ RACAUILLT, Jean-Michel. De la ville-organisme à la ville-machine: les modèles scientifiques de la dynamique urbaine dans le prologue de *La Fille aux yeux d'or*. In: VEYSSIÈRE, Gerard. *Kaleidoscopolis ou miroirs fragmentés de la ville*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996, p. 15-30.

¹⁷ DUPUIT, Christine. L'étrange cas du Dr. Jekyll et de Mr. Hyde: la ville comme métonymie du double. In: VEYSSIÈRE, *Kaleidoscopolis...* p. 47-58.

¹⁸ JUNOD, Philippe. Babylone-sur-Tamise: Londres vue par Gustave Doré. In: _____. *Le temps de la réflexion: la ville inquiète*. Paris: Gallimard, 1987, p. 61-77.

caos que as cerca, bem como a vida mundana e prazerosa da elite nos passeios ao campo ou nos encontros nos salões. A idéia central é a decadência crescente e inevitável da grande babilônia moderna, sua derrocada até um futuro onde apenas as suas ruínas testemunhariam sua passada grandiosidade.

No Brasil, ainda dentro da perspectiva culturalista, Sandra J. Pesavento¹⁹ discute as visões literárias do urbano, no século XIX, nas cidades de Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, destacando a construção de um imaginário sobre a modernidade. O caminho metodológico da autora tem seu eixo sobre o conceito de imaginário, tomando como ponto de partida as representações literárias como fonte histórica, o que nos remete ao campo de estudo que alguns autores identificam como uma *nova história cultural*²⁰.

Não cabe nos limites desse artigo a discussão mais elaborada sobre a pertinência dessa denominação, mas gostaria de destacar alguns aspectos particularmente importantes, quando se trata de abordar o universo urbano. Os discursos literários ou jornalísticos sobre as formas de sociabilidade no contexto urbano apresentam dois desafios ao pesquisador: como abordar o texto? Qual a relação entre texto e práticas sociais? Essas questões remetem para a operacionalidade das pesquisas relacionadas às cidades como objeto de representação, que pode ser resumida em três perguntas: o que os textos dizem sobre as cidades? Como eles dizem? De que forma esse comentar a cidade altera ou interage com as práticas sociais urbanas?

Como possibilidades, existem abordagens que enfatizam a recepção dos textos, outras a produção/ escrita, assim como as estratégias de construção do significado e aquelas que destacam os discursos como esforço de significação voltado para alterar relações de poder estabelecidas. Quanto aos efeitos objetivos sobre a estrutura social, teria-se que trabalhar os textos como bens simbólicos produzidos, distribuídos e consumidos por setores sociais específicos, que manteriam entre si relações passíveis de serem analisadas pelo historiador – tarefa desde já descartada, em função distribuição difusa dos textos pela sociedade.

Restou trabalhar com os autores, buscando-se associar suas histórias de vida, seus discursos literários ou jornalísticos e as mudanças estruturais da conformação urbana. Percebe-se que o pressuposto básico dessa perspectiva é a idéia de uma cultura urbana relativamente estável e coerente, passível de ser representada e apreendida por atores sociais totalmente distintos (por meio do imaginário) de tal forma que os efeitos de sentido que a cidade provoca sobre o autor do texto literário ou jornalístico, sejam próximos daqueles provocados em seus leitores ou mesmo naqueles que não lendo os textos ainda assim compartilham de um *estilo de vida urbana* comum, por habitarem a mesma *ecologia urbana* integrada.

Contudo, são os próprios literatos que desfazem essa crença na homogeneidade da cultura urbana, ao enfatizarem a diversidade, a dinâmica, a complexidade das muitas cidades subjacentes àquela representada, tal como sugeriu Ítalo Calvino em sua obra *Cidades Invisíveis*²¹, ou como apresentou de maneira exemplar Edgar Alan

¹⁹ PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

²⁰ HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Nas páginas de apresentação da obra destaca as diversas correntes que incorporaram à historiografia métodos e conceitos de outras áreas do conhecimento como a crítica literária.

²¹ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Poe no conto *O homem da multidão*, quando destaca que o verdadeiro sujeito urbano não tem uma feição, hábito, classe, origem ou domicílio, mas é uma expressão do anonimato, um ser a mais entre os transeuntes, um andarilho que pertence a todos os lugares da cidade e, ao mesmo tempo, lugar algum lhe cabe totalmente.

Do que foi exposto no parágrafo anterior, percebe-se que o homem urbano - enquanto objeto de análise histórica a partir da literatura - apresenta-se como membro abstraído na massa englobante que *vive na cidade*, mas sua subjetividade e ação interativa, enquanto ator social das diversas comunidades que interagem no espaço urbano, não está completamente disponível para o historiador ou o literato, a não ser como imagem construída a partir de uma forma predominante de compreender o estilo da vida urbana.

Talvez por essa razão, autores como Cornelius Castoriadis²² e Bronislaw Bazcko²³ sejam frequentemente lembrados pelos historiadores culturalistas das cidades, pois não se ocupam da dimensão cotidiana e volátil da vida social, mas articulam as representações coletivas e as instituições, assim como buscam analisar a relação entre os poderes estabelecidos, estratégias de propaganda e práticas sociais concretas em conceitos como *imaginário social* e *imaginação social*. Dessa forma, apresentam-se como alternativa para aqueles historiadores atentos à existência, difusão e alterações de certos imaginários criados ou compartilhados por uma comunidade urbana historicamente situada. Da mesma maneira, a busca de um referencial que de conta do indivíduo e da cultura que o engloba, frequentemente conduz os historiadores ao campo da antropologia, onde existem reflexões acerca da associação de práticas e papéis sociais, instituições, rituais e formas padronizadas de agir, a exemplo do que escreve Clifford Geertz²⁴ para quem o homem está amarrado por teias de significado que ele mesmo criou, sendo a cultura o contexto que fornece os símbolos e as referências para a inserção e trânsito do indivíduo na sua comunidade.

Essas perspectivas teóricas e metodológicas ganham especial eficácia quando a temática estudada está associada àqueles períodos de crise, ocasião em que ocorre a contestação dos valores e das formas tradicionais de vida com o conseqüente aprofundamento do conflito social, pois é justamente do choque entre o novo e o antigo que surgem sistemas de representações justificadoras ou contestadoras de certos processos de adaptação ou reestruturação das cidades. Isso explica porque os historiadores culturalistas do urbano estão atentos às conjunturas de modernização, racionalização e drástica alteração dos parâmetros de habitação das metrópoles durante o avanço da industrialização e do adensamento urbano.

Como consequência imediata, assiste-se ao retorno do arquétipo da cidade caos, perturbadora da personalidade, desagregadora, propícia ao anonimato e à anomia, que se choca com os esforços racionalistas e esteticistas de agentes públicos. No prolongamento desse arquétipo duas coisas escapam: nem todas as práticas sociais e formas de convívio urbano estão sujeitos às vicissitudes da modernização; as pequenas cidades parecem não encontrar um lugar entre as pesquisas dos historiadores da cultura urbana.

²² CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²³ BAZCKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi - Vol. 5. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

²⁴ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

Joseli Maria Silva²⁵ destaca que as pequenas cidades possuem regras de convivência e temporalidades cíclicas fortemente ditadas pelos ciclos naturais, o que - erroneamente - remete para a idéia de comunidade pouco afetada pelos de *parâmetros de urbanidade*, especialmente quando se apontam a suposta estagnação, atraso e lentidão em relação à efervescência dos grandes centros urbanos. Entretanto, deve-se lembrar que o maior controle social pelo fácil reconhecimento das pessoas, bem como pelo atento acompanhamento de suas atitudes públicas não impede a difusão de valores associados à urbanidade ou dos projetos que remetem para a idéia de “moderno” ou do “progresso”.

Quanto à desigualdade dos efeitos da modernização sobre diferentes setores sociais dos grandes centros urbanos, ou entre esses e as pequenas cidades, Manuel Castells²⁶ lembra que “situar no contexto histórico o fenômeno urbano não é o mesmo que explicar o processo social que dá origem às cidades, às suas formas, estrutura e contradições.” O fenômeno da urbanização está intimamente associado à concentração espacial das pessoas, mas isso é mais efeito do que causa de processos maiores e mais envolventes que abarcam tanto grandes como pequenos núcleos urbanos, daí a precariedade da alienação das localidades pré-industriais (dedicadas essencialmente às atividades primárias da economia) do conceito de *urbano*.

Na mesma linha de argumentos, é necessário lembrar que a ligação estreita entre industrialização e urbanização pode ter efeitos diferentes como se observa em países europeus ocidentais e países latino-americanos: entre os primeiros a população rural estabilizou-se e a população urbana cresceu em ritmo menos acelerado diante do aprofundamento da industrialização, se comparados com os últimos que tiveram altas e crescentes densidades urbanas e taxas de êxodo rural, mesmo depois de estabilizado o processo de industrialização²⁷.

Caminho diferente na compreensão do fenômeno urbano é adotado por Walter Benjamin, quando trata da Paris do segundo império²⁸, a partir do cruzamento de obras de Baudelaire e outras de caráter sociológico e histórico. O autor está menos preocupado com o processo de industrialização e seus efeitos sobre uma *cultura urbana*, do que com as relações sociais e políticas estabelecidas na *cidade das barricadas*, dentro de um contexto de intensa mudança histórica. Ao mesmo tempo em que o autor menciona os efeitos do progresso tecnológico e industrial sobre o surgimento de tipos sociais como os “trapeiros”, ele analisa um literato (Baudelaire) articulando as tipologias de conspiradores com os “camaradas” e proletariado em geral, dentro de um movimento maior que engloba a cidade mais como contexto do que texto a ser decifrado.

Além disso, Benjamin inova ao dar aos poemas de Baudelaire ou às obras de Vitor Hugo um estatuto de verdade que os iguala a outras fontes documentais, tomando o cuidado de não ver neles o suficiente a ser dito sobre o tema escolhido, mas como um recurso possível na reconstrução de um ambiente histórico geograficamente localizado (a cidade de Paris, no segundo império).

²⁵ SILVA, Joseli M. Cultura e territorialidades urbanas – uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, UEPG, n. 5, v. 2.

²⁶ CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1984, p. 86.

²⁷ CASTELLS, *Problemas...*, p. 87-88.

²⁸ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas - vol. 3*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-32.

Não é possível situar Walter Benjamin na corrente dos historiadores culturalistas do urbano sem algumas ressalvas. Sandra Pesavento²⁹ destaca que Benjamin realizou uma ampla análise do panorama cultural da sociedade capitalista procurando ver na ordem material estabelecida o triunfo da forma fetichizada do capitalismo. Contudo, não se trata do imaginário ambíguo e metafísico-institucional de um Castoriadis (de clara inclinação funcionalista) ou de um “imaginário-arquétipo” de um Lucian Boia³⁰ (de viés estruturalista), mas da reconstrução do real a partir de uma visão crítica das formas simbólicas trabalhadas e reproduzidas pelo processo produtivo capitalista. Portanto, é essa atenção especial dedicada às relações sociais no interior do espaço urbano que torna Walter Benjamin mais próximo do paradigma anterior que chamamos sociológica-urbanística do que da culturalista.

Um ensaio que situa com bastante clareza o desafio dos historiadores da cultura urbana por meio de textos jornalísticos ou literários foi o produzido por Jean-Charles Depaule e Christian Topalov³¹, lingüista e sociólogo, respectivamente, que se dedicaram aos registros de denominação da cidade e de seus territórios em uso em diferentes áreas lingüísticas. Para esses autores, pesquisas referenciais como as desenvolvidas por Lucien Febvre e Marc Bloch convidam para uma “semântica histórica”, que permitiria a percepção das interações entre os registros, a determinação das datas e dos lugares das inovações, bem como a compreensão mais aprofundada dos contextos sociais nos quais as definições da cidade e de seus lugares se transformaram.

Contudo, trata-se, frequentemente, de uma jornada repleta de riscos como o de negligenciar o sistema semântico no qual o conceito só faz sentido se associado a outros conceitos, ou quando se minimiza os termos concorrentes e se ignora os usos que não deixaram registro escrito. Esses riscos remetem para o fato de que as transformações urbanas também acarretam transformações no léxico que as designam e é precisamente essa dinâmica que favorece os estudos diacrônicos da cidade e também proporcionam seus maiores desafios, pois o que foi dito “sobre as cidades” é sempre em relação polifônica que remete para o “outro”, cuja ausência torna parciais os sentidos possíveis³².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciou-se o artigo com a pergunta se faz sentido uma *História Urbana*. Acreditamos que sim, que é possível escrever história tendo a cidade como objeto central de estudo e quando falamos cidade estamos nos referindo a uma ampla categoria que abarca os pequenos e grandes núcleos, os subúrbios e a metrópole como unidade geral, redes urbanas e sistemas integrados de conurbações. A escolha do viés teórico e metodológico escolhido pelo historiador ou as ligações que ele realiza com outras áreas do conhecimento como teoria literária, urbanismo, sociologia ou antropologia determinam se o

²⁹ PESAVENTO, Sandra J. O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social. *Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, n. 5, set./out. 1995, p. 34-44.

³⁰ BOIA, Lucian *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Belles Lettres, 1999.

³¹ DEPAULE, Jean-Charles & TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria S. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 17-38.

³² BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p 296-297. A oração como unidade de análise encontrada nos textos jornalísticos e literários tem natureza gramatical, representa um pensamento relativamente acabado, não está em contato imediato com a realidade e tampouco está em contato com os enunciados do outro. Portanto, não possui uma significação plena.

interesse está no que se disse das cidades, nas cidades projetadas ou nas cidades vividas.

Na História sempre houve o esforço de integrar espaço e tempo como suporte das experiências humanas e o estudo da sociabilidade no espaço urbano, dentro de um contexto amplo, não poderia ser terreno estranho aos historiadores. Além disso, a História está convidada a dar uma imprescindível contribuição à sociedade contemporânea, resgatando os processos recentes de mudança das relações sociais, acrescentando ao olhar etnográfico dos antropólogos – vocacionado às pequenas comunidades – os vínculos com redes transnacionais e com processos de alteração da estrutura social no tempo de longa duração. Conjuntamente com os sociólogos, os historiadores podem acrescentar a sua análise diacrônica às avaliações sociológicas – predominantemente empíricas e estatísticas – dos ambientes urbanos.

Já se disse da aceleração do tempo na modernidade... Quando o historiador ajusta seu olhar para o que acontece no interior das cidades tem uma visão privilegiada desse movimento acelerado, de como surgem e são desfeitas identidades, como se organizam e articulam-se novas comunidades massivas, como são criados novos modelos de consumo e troca de bens materiais e simbólicos, além de compreender como são vivenciadas novas formas de intimidade e interação com o espaço público.

Resta saber se os historiadores estão preparados para representar tal dinamismo, abrindo mão dos esquemas estruturantes e estruturados que por muito tempo sustentaram a historiografia. Essa tremenda dificuldade em representar para os outros a heterogeneidade e a dinamicidade da vida urbana foi traduzida por Ítalo Calvino³³ quando criou a cidade fictícia Zora com uma peculiaridade muito interessante: quem a viu uma vez, jamais a esquecia. Não como uma imagem que se fixou na lembrança, mas na sua totalidade, ponto por ponto, cada gesto dos seus habitantes, cada ruído e cada silêncio, cada odor, cada casa ou rua, tudo ficava em movimento na memória. Contudo, toda a vez que alguém a tentava descrever ou retratá-la em seus pormenores, ela simplesmente desaparecia da lembrança, era como se jamais houvesse existido. Nisso reside o desafio dos historiadores das cidades: capturar Zora e brindá-la aos seus contemporâneos.

RESUMO

O artigo discute as características de uma História Urbana por meio de dois paradigmas – o sociológico-urbanístico e o culturalista. Percorrendo-se algumas obras referenciais que destacam a cultura urbana e os espaços de sociabilidade urbanos, mostra-se que a cidade é um objeto suscetível de análise historiográfica, mas seu dinamismo e diversidade impõe severos limites à compreensão dos significados que a cidade recebeu em diferentes contextos históricos.

Palavras Chave: Historiografia, cidades, cultura urbana.

ABSTRACT

This article discusses the peculiarities of urban history by two paradigms: sociológico-urbanístico and culturalista. It covers some referential works that detach the urban culture and the sociability urban spaces, showing that the city is a susceptible object historiographic analysis, but its dynamism and diversity imposes severe limits to understanding of meanings that the city received in different historical contexts.

Keywords: historiography, cities, urban culture.

³³ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.